

## **O impacto da adesão à CEE nas relações luso-brasileiras**

António de Siqueira Freire\*

O terceiro alargamento das Comunidades Europeias caracteriza-se, entre outras coisas, por dizer respeito a dois países europeus unidos à América latina por laços de natureza muito específica.

Não é, pois, por acaso que nos tratados de adesão de Portugal e da Espanha figura uma «Declaração comum de intenções relativa ao desenvolvimento e à intensificação das relações com os países da América Latina».

Trata-se, naturalmente, de pôr em destaque os aspectos ligados às relações económicas, comerciais e de cooperação, o que não significa que sejam esses aspectos os únicos que interessam à nova Comunidade Europeia a Doze e a Portugal e à Espanha em particular. Daí o facto de a Comissão ter tomado a iniciativa de propor ao Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, em conformidade com a decisão do Conselho Europeu da Haia (27 de Julho de 1986), a realização de um debate de fundo sobre o reforço dos laços entre a América Latina e a CEE, tendo designadamente em vista os objectivos visados na Declaração anexa aos tratados de adesão dos dois países ibéricos.

Reconhece-se assim, mais uma vez, a importância especial das adesões portuguesa e espanhola, numa perspectiva de desenvolvimento positivo das relações da CEE com a América Latina. Trata-se de uma problemática caracterizada pela existência de um conjunto de valores comuns de civilização e por uma aproximação natural de interesses no plano dos modelos de sociedade e do estabelecimento de uma ordem mundial mais progressiva e solidária.

Tanto mais quanto é certo que se vem assistindo a desenvolvimentos positivos, como sejam, a instauração de regimes democráticos em vários países latino-americanos (e não dos menores), a consolidação dos instrumentos de integração regional de que são exemplo o Pacto Andino e o Mercado Comum Centro-Americano e uma evolução no sentido de encarar em termos de visão regional o relacionamento entre países como o Brasil, a Argentina e o Uruguai, bem como os esforços para a paz na América Central.

Infelizmente, permanece como pano de fundo a crise grave que a América Latina atravessa, devido designadamente ao peso do endividamento externo e aos ajustamentos forçados daí decorrentes, sem esquecer os condicionalismos

---

\* Embaixador

internacionais desfavoráveis. O que desde logo sugere a dimensão e a complexidade do desafio latino-americano que a CEE tem de enfrentar.

A resposta tem forçosamente de passar através de um enfoque estratégico global da cooperação da CEE com a América Latina, acompanhada pela coordenação das acções efectuadas a nível bilateral pelos Estados membros. Estratégia essa que a diversidade das situações torna particularmente complexa e que tem logicamente de assentar na melhor utilização da ajuda ao desenvolvimento, no apoio aos esforços de integração regional, na estabilização das condições de acesso ao mercado europeu e no adequado aproveitamento do sistema de preferências generalizadas, na cooperação industrial, científica e técnica e no domínio da energia.

As adesões de Portugal e da Espanha vieram, por outro lado, pôr em relevo, nas relações com a América Latina, a importância da informação, da comunicação e da cultura, bem como a necessidade de uma «concertação política» sobre os grandes problemas mundiais e regionais (de que constituem exemplos os contactos estabelecidos com o grupo de Contadora).

Não creio que possam, de resto, ser outras as grandes coordenadas de um relacionamento construtivo da Comunidade com a América Latina e o fundamento da credibilidade da acção da Europa como tal nessa zona do mundo em plena evolução.

O que se passou na VII Conferência Interparlamentar Comunidade Europeia/América Latina, realizada em Lisboa em Junho de 1987, só veio confirmar esta visão objectiva das coisas. E a este propósito que me seja permitido citar a opinião então emitida pelo representante da Comissão Europeia, professor Angel Viñas, apontando como elementos fundamentais para a próxima década a interdependência, os interesses comuns e a cooperação, no relacionamento Europa-América Latina, bem como as afirmações do Presidente Mário Soares, na sessão de abertura da Conferência, ao dizer que o caminho só poderá ser o do desenvolvimento, na sua dimensão social e associado à institucionalização da democracia, e não apenas em receitas estereotipadas de um estreito monetarismo.

Nesta ordem de ideias, parece-me oportuno recordar algumas das conclusões a que chegou um dos grupos de trabalho da Universidade Atlântica de Verão, promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais na ilha de São Miguel, Açores, no Outono de 1986.

Assim, foi desde logo reconhecido que Portugal e a Espanha têm um papel específico na problemática euro-latino-americana e euro-africana (no caso de Portugal em particular em relação ao Brasil e aos países africanos de expressão oficial portuguesa)

não só pela importância dos factores geopolíticos, como dos factores histórico-culturais e das suas possibilidades de compreensão dos problemas e das sensibilidades latino-americanas e africanas, aspectos estes que estão longe de serem supérfluos quando de relacionamento entre entidades distintas se trata. A adesão dos dois países às Comunidades Europeias, a presença de ambos na Aliança Atlântica, dá-lhes legitimidade e autoridade para assumirem no seio dessas organizações as posições que as suas vocações lhes sugerem e por forma a não comprometerem as legítimas expectativas criadas a este propósito.

Salientou-se ainda que Portugal e a Espanha, e num contexto mais geral, deverão contribuir para o aprofundamento do papel das Comunidades Europeias no sentido de introduzir na problemática da cooperação com a América Latina uma componente de solidariedade indispensável ao acolhimento da mensagem europeia que tem de ser não só político-económica, mas humanista. Daí ser fundamentalmente no plano da redução ou da solução dos perigosos desequilíbrios socio-económicos que se constata na zona do Atlântico Sul que a Europa é chamada a concentrar o que pode ser peculiar na sua acção. Contribuindo assim, não só para reforçar a credibilidade da imagem da Europa no mundo, como, inclusivamente, para suscitar uma mais forte consciência nos Estados Unidos desta dimensão essencial dos problemas com os quais eles próprios estão mais directamente confrontados e para fazer aceitar como construtiva uma certa «autonomia» de apreciação e actuação por parte da Europa.

Foi finalmente posto em destaque o papel que a Igreja Católica, como de resto outras entidades vocacionadas para o diálogo social com os sindicatos, devem desempenhar na promoção de soluções de terceira via<sup>1</sup>, tendo de reconhecer-se, no entanto, que na problemática da terceira via o factor tempo assume uma importância determinante, pois a partir de certo estágio na evolução das situações corre-se o risco de ficar perante factos consumados e situações irreversíveis.

### **As incidências específicas da problemática luso-brasileira**

Ao abordar este capítulo, não se me afigura fora de propósito tecer algumas considerações introdutórias sobre o sentido euro-atlântico da nossa opção europeia e o papel do relacionamento com o Brasil na afirmação da nossa identidade nacional, face precisamente aos desafios e à dinâmica da integração nas Comunidades.

Portugal formou-se no espaço europeu ao qual pertence pelas suas raízes, pelas suas estruturas sociais, pelo modelo das suas instituições e ainda pela própria contribuição que individualmente deu à expansão da civilização ocidental no mundo.

Trata-se agora de assumir as consequências do encerramento do chamado «ciclo do Império», retomando, com redobrada consciência da nossa identidade, as rotas do espaço europeu institucionalizado, com parceiros activos de uma aventura e de uma realização que, no limiar do ano 2000, só terão impacte e sentido se forem «europeias».

Ao empregar tão espontaneamente a expressão «rotas do espaço europeu», ocorre recordar a terminologia náutica usada também no Brasil do século XVIII para designar os elementos das chamadas «bandeiras»: dizia-se, com efeito, «o armador», «a armação», «o roteiro», para indicar o financiador, o aviamento e o caminho...

Mas Portugal foi sempre, por posição e por vocação, «atlânticamente europeu», sem prejuízo dos elementos mediterrânicos, por assim dizer complementares, que se manifestam na nossa paisagem, em determinados aspectos das nossas estruturas socio-económicas e na herança latina. Daí o carácter obviamente «natural», na lógica das realidades geoestratégicas objectivas, da nossa participação activa desde a primeira hora, sem equívocos nem segundos sentidos, na Aliança Atlântica e agora da nossa adesão plena às Comunidades Europeias. Contribuições convergentes de Portugal para a segurança do mundo ocidental, para a construção da Europa e para a projecção atlântica das Comunidades, através designadamente da imensa zona oceânica que o «triângulo estratégico» continente-Açores-Madeira configura.

Mas nem por isso deixa de ser oportuno perguntar: como vamos nós portugueses conciliar o sentido e a filosofia integracionistas da nossa opção europeia e o correspondente reforço objectivo da componente continental da nossa ambivalência euro-atlântica daí decorrente, com a continuidade da nossa identidade nacional onde o mar foi tradicionalmente predominante? E como iremos inserir o nosso relacionamento com o Brasil nesta nova problemática?

Trata-se de interrogações fundamentais que exigem, por isso, uma resposta consciente e responsável, até porque, para alguns observadores superficiais, «os portugueses afastam-se doravante do Atlântico a favor do espaço europeu».<sup>2</sup>

As coisas não são, porém, tão simples porque a conhecida polivalência mental e temperamental dos portugueses os coloca desde logo ao abrigo de desvios ou tentações maniqueístas. Sempre soubemos evitar que adaptação significasse dissolução daquilo que em nós é de raiz, sempre soubemos conciliar a fidelidade a nós próprios com a aventura dos vastos e diversos horizontes, com a disponibilidade de abertura em relação aos outros, fossem eles quais fossem, com os

enriquecimentos adquiridos ao seu contacto e que explicam em muito aquilo que hoje somos.

Na «aventura europeia» que agora iniciámos, saberemos mais uma vez compatibilizar vocação europeia e vocação atlântica, integração no espaço e na filosofia da Europa organizada e preservação da nossa identidade, integração essa que não pressupõe a perda das identidades e das originalidades nacionais, doravante assentes fundamentalmente nas especificidades socioculturais e na consciência das mesmas.

Tendo procurado responder assim à primeira das interrogações que formulei, irei agora tentar responder à segunda, ou seja, como iremos inserir o nosso relacionamento com o Brasil na nossa nova problemática europeia. Muito haveria a dizer sobre uma temática tão estimulante, mas procurarei circunscrever-me ao que julgo essencial.

Sem dúvida, e importa começar por dizê-lo, nem tudo nas relações entre Portugal e o Brasil decorre logo à partida de uma convergência automática ou pré-estabelecida de posições ou de escala de interesses: basta pensarmos na problemática do Atlântico Sul, no acentuado predomínio no caso do Brasil das preocupações ligadas à situação socioeconómica interna sobre as preocupações externas e, nestas, do empenhamento ao nível regional. Isto, numa fase da vida brasileira marcada por um grande desejo de afirmação de identidade e de abertura de espaço para o indivíduo<sup>3</sup>. Ao que vem juntar-se uma certa falta de actualização no conhecimento global e recíproco que cada um dos dois países tem do outro, com o risco de nos irmos iludindo nos floreios da retórica, quando chegou precisamente a altura de retomarmos conjuntamente, de ambos os lados do Atlântico, consciência daquilo que objectivamente une Portugal e o Brasil, nomeadamente no plano fundamental das realidades culturais e linguísticas e do relacionamento de ambos com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Como esquecer, com efeito, que estamos numa conjuntura em que no Brasil com a instauração da Nova República e em Portugal com a adesão às Comunidades Europeias – plenamente se justifica, por parte dos meios políticos, económicos e culturais dos dois países, uma activação da reflexão sobre aquilo que mutuamente os deve enriquecer, quer pelo reforço das convergências comuns, quer pela busca da complementaridade nas originalidades que os distinguem sem os separar.

Ficou bem demonstrado com as visitas do Presidente José Sarney a Portugal e do Presidente Mário Soares ao Brasil que raramente a conjuntura foi mais favorável a uma visão voluntarista, renovadora e sobretudo actual das potencialidades luso-brasileiras.

Recordo-me ainda pessoalmente, e por outro lado, da impressão deixada entre nós pelo malogrado Presidente Tancredo Neves. E não foi só pelo facto de ter vindo testemunhar junto de nós que o Brasil também acedera à plenitude da democracia, mas porque nós portugueses nos reconhecemos espontaneamente no estilo da sua mensagem e da sua inesquecível personalidade.

São estas coisas simultaneamente tão simples e tão caras que melhor simbolizam aquilo que eu chamaria a «realidade subjacente e sensível da comunidade luso-brasileira», valor inestimável que importa pôr ao serviço das tarefas concretas do presente e das perspectivas do amanhã.

É este o objectivo do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais ao encarar a criação da Associação Luso-Brasileira de Relações Internacionais.

Não são os instrumentos jurídico-diplomáticos que nos faltam, desde o Tratado de Amizade e Consulta de 16 de Janeiro de 1953 (prevendo designadamente um regime privilegiado de equiparação entre os nacionais dos dois países) ao Acordo Cultural de 7 de Setembro de 1966, desde os acordos ortográficos de 1943 e de 1945 ao projecto de acordo ortográfico adoptado em Brasília em Maio de 1986, desde o Acordo Básico de Cooperação Técnica de 1966 ao Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica de Maio de 1986, para não falar, dos vários acordos relativos a assuntos económicos, industriais, financeiros, marítimos, etc.

Com a adesão de Portugal às Comunidades Europeias, o nosso país acedeu aos mecanismos institucionais e decisórios da CEE. Ficámos assim em condições de participar por dentro na evolução global da problemática europeia, tanto interna como externa; e, por outro lado, habilitados a trazer à definição dessa problemática a nossa própria visão das coisas, a nossa particular sensibilidade à compreensão específica dos problemas latino-americanos e africanos e, por maioria de razão, dos problemas do Brasil e dos países africanos de expressão oficial portuguesa. Trata-se de um dado objectivo da situação que não requer demonstração.

O Brasil não precisa evidentemente de intermediários nem de pontes para se afirmar em Bruxelas. Ocupa já, e de longe, o primeiro lugar entre os parceiros comerciais latino-americanos da CEE e no plano da cooperação igualmente.

A importância da adesão de Portugal neste contexto situa-se pois na relatividade de tudo o que é político, o que não significa que seja destituída de alcance: com efeito, o Brasil poderá explorar novas oportunidades de penetração no vasto espaço europeu através de *joint-ventures* com empresas portuguesas, independentemente de condicionalismos financeiros de ordem interna brasileira. E poderá contar, de qualquer

forma, com uma presença portuguesa nas instâncias comunitárias de Bruxelas, sempre atenta aos condicionalismos do relacionamento euro-brasileiro e desejosa de contribuir para o seu melhor encaminhamento e para a compreensão – que significa muito mais do que o simples conhecimento estatístico – das situações da rica e complexa realidade brasileira.

Por sua vez, Portugal, na sua «familiaridade activa» com o Brasil, encontrará essa espécie de prolongamento dimensional, fruto sem dúvida da herança histórica (que, por se aproximarem as comemorações do quinto centenário da descoberta consciente do Brasil, adquire redobrada actualidade), mas que importa traduzir em termos de hoje, pela consciência da analogia dos valores culturais e do humanismo pragmático dos comportamentos em que os dois países mutuamente se reconhecem. E sobretudo na base desse inestimável património comum que é a projecção mundial da língua portuguesa, com a sua particular incidência na África lusófona e cuja homogeneidade importa preservar através de uma apropriada uniformização ortográfica.

Ao formular estas observações, julgo não ter eu próprio sucumbido às tentações da retórica. Tal teria sido particularmente fora de propósito, numa altura em que, pelo contrário, tudo devemos fazer, no plano do concreto, para tirar partido das perspectivas abertas pela já aludida visita do Presidente Mário Soares ao Brasil, no seguimento das orientações e da filosofia que inspiraram o programa e o estilo dessa viagem. E isto numa perspectiva nova em que, pela primeira vez em muitos séculos, os portugueses já não têm de dispersar através do mundo as suas disponibilidades e os seus esforços e podem e devem concentrá-los na transfiguração qualitativa da sociedade portuguesa no espaço geográfico europeu a que estão quantitativamente reduzidos.

A diversidade dos contactos havidos naquela visita e a tónica sempre posta no Portugal de hoje, claramente vocacionado através da adesão à CEE para o desenvolvimento qualitativo, para a inovação e progresso tecnológico, numa palavra, para as realidades da terceira revolução industrial, apontam naturalmente para uma visão prospectiva da problemática luso-brasileira.

Estando obviamente fora do âmbito deste artigo a análise da vasta e complexa problemática interna brasileira, limitar-me-ei a assinalar, no que se refere à visão da problemática luso-brasileira propriamente dita, duas vertentes principais: por um lado o reconhecimento dos aspectos dinamizadores e positivos da adesão de Portugal à CEE, mas por outro lado o receio de que o embrenhamento no novo enquadramento europeu – cuja dinâmica não teríamos peso suficiente para influenciar – venha a

arrastar objectivamente para segundo plano as preocupações luso-brasileiras como tais, ao diminuir a nossa efectiva capacidade operacional nessa direcção.

Existe por isso, do nosso lado, a natural preocupação de afastar as razões de pessimismo e demonstrar a compatibilidade entre a nossa opção europeia e o revigoramento e a dinamização das relações luso-brasileiras no seu novo enquadramento, sem esconder que os desafios que se nos deparam justificam justamente a necessidade de ultrapassar a retórica e de não deixarmos à fantasia acomodatória dos bons sentimentos, mesmo fraternos, aquilo que deve situar-se numa visão actual, voluntarista, prática sem ser rasteira e esclarecida das coisas.

Que me seja assim permitido concluir estas minhas observações dizendo: se o rigor do diagnóstico se nos deve sempre impor à partida, não é menos certo – como disse alguém – que a imaginação de hoje é o realismo de amanhã.

---

<sup>1</sup> No sentido não de neutralismo entre o Leste e o Oeste, mas da democracia pluralista de tipo ocidental, entre o totalitarismo de esquerda e as ditaduras de direita.

<sup>2</sup> Le Monde, de 1987.02.26: .Le Portugal européen, an 11

<sup>3</sup> O que marca a fase actual da vida brasileira é um grande desejo de afirmação de identidade, de abertura de espaço para o indivíduo, de exercício da liberdade. É como se estivéssemos saindo de um túnel e desejássemos respirar a plenos pulmões, disse Celso Furtado, Ministro de Estado e da Cultura do Brasil.